

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2023 e 2022. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 19 de março de 2024.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	809	1.816
Tributos a recuperar	5	87	160
Total do Circulante		896	1.976
Não circulante			
Tributos a recuperar	5	-	2.944
Depósitos judiciais		3.302	221
		3.302	3.165
Total do não circulante		3.302	3.165
Total do ativo		4.198	5.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA TÉCNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	2.065	2.065
Impostos e contribuições sociais	8	15	16
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	112	111
Total do circulante		2.192	2.192
Não circulante			
Fornecedores	7	94.779	81.798
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	6.389	5.764
Partes relacionadas	6	5.654	5.062
Tributos diferidos	9	120.229	122.864
Outras contas a pagar		788	792
Total do não circulante		227.839	216.280
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	2.345	2.345
Prejuízos acumulados	15	(228.178)	(215.676)
Total do patrimônio líquido		(225.833)	(213.331)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.198	5.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Demonstração do Resultado

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Despesas gerais e administrativas	13	(271)	(53)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(271)	(53)
Receitas financeiras	14	444	530
Despesas financeiras	14	(15.310)	(13.302)
Despesas financeiras líquidas		(14.866)	(12.772)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(15.137)	(12.825)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	2.635	2.172
Prejuízo do exercício		(12.502)	(10.653)
Prejuízo por ações - R\$	15	(2.500,40)	(2.130,60)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Demonstração de Resultado Abrangente

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício	15	(12.502)	(10.653)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(12.502)	(10.653)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.345	(205.023)	(202.678)
Prejuízo do exercício	15	-	(10.653)	(10.653)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.345	(215.676)	(213.331)
Prejuízo do exercício	15	-	(12.502)	(12.502)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.345	(228.178)	(225.833)

5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	15	(12.502)	(10.653)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	(2.635)	(2.172)
(Receitas) despesas com juros, variações monetárias - líquidas		1.275	892
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais			-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de impostos a recuperar		3.049	2.680
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		12.981	11.106
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais e tributos diferidos		(1)	5
(Diminuição) de Cauções e depósitos vinculados		(3.081)	(27)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(4)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(918)	1.831
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		247	226
Aplicação de imobilizado		-	2
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		247	228
Atividades de financiamento			
Mútuo com partes relacionadas		(68)	(16)
Pagamentos de empréstimos - juros	10	(268)	(267)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(336)	(283)
Variação líquida do caixa		(1.007)	1.776
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	1.816	40
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	809	1.816
Variação líquida do caixa		(1.007)	1.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

COMPANHIA TECNICA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros		271	53
Materiais, serviços de terceiros e outros	13	174	51
Outros custos operacionais	13	97	2
		<u>271</u>	
Valor adicionado bruto		(271)	(53)
Depreciação		-	-
Valor adicionado líquido produzido		(271)	(53)
Valor adicionado recebido em transferência		466	556
Receitas financeiras	14	466	556
Valor adicionado total a distribuir		195	503
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(2.613)	(2.146)
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	14	15.310	13.302
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízo do exercício	15	(12.502)	(10.653)
		<u>195</u>	<u>503</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Companhia Técnica de Comercialização de Energia Notas explicativas às demonstrações financeiras exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (“Companhia” ou “CTCE”) companhia integrante do **GRUPO ENERGISA** é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, controlada pela companhia Rede Energia Participações S.A (“REDE”). A sociedade tem por objetivo a comercialização atacadista e varejista de energia elétrica e a prestação de serviços e consultoria em temas ligados a atividade de comercialização de energia elétrica.

A Companhia teve sua autorização para operar na comercialização de energia elétrica revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia permanece proibida de comercializar energia elétrica. A Energisa S/A assumiu o controle indireto da Companhia em 2014, e vem apenas negociando suas dívidas com os credores e partes relacionadas.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023, patrimônio líquido negativo no montante de R\$225.833 (R\$213.331 em 2022) e capital circulante líquido negativo de R\$1.296 (R\$216 em 2022), ocasionado principalmente por parcelas de curto prazo de contas a pagar. A Administração considera que a necessidade de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora indireta Energisa S/A.

Em 26 de novembro de 2012, a controladora Rede Energia Participações S/A (“REDE”), publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia.

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação da REDE e suas controladas vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei nº 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação, em decisão datada de 11 de outubro de 2016. Na sequência, o credor Banco do Nordeste do Brasil interpôs apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social da REDE e de suas controladas (Recuperadas), o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29 de julho de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, estando pendente o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 31 de dezembro de 2023, do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, no montante de R\$101.631 (R\$88.024 em 2022) sendo que R\$6.501 (R\$5.875 em 2022) refere-se a empréstimos, financiamentos e encargos da dívida, e R\$95.130 (R\$82.149 em 2022) a fornecedores, é como segue:

Descrição	Valores
= Saldo em 2021	76.374
(+) Atualização ⁽¹⁾	3.485
Reversão de provisão ajuste a valor presente ⁽²⁾	9.126
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(961)
= Saldo em 2022	88.024
(+) Atualização ⁽¹⁾	3.498
Reversão de provisão ajuste a valor presente ⁽²⁾	11.070
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(961)
= Saldo em 2023	101.631

- (1) Atualização de 1% a.a. aplicado sobre os saldos de fornecedores e de empréstimos e financiamentos habilitados na Recuperação Judicial na Opção “A”;
- (2) **Ajuste a Valor Presente:** refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial, opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e C. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 19 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 5 - Tributos a recuperar;
- II. Nota explicativa nº 11 - Provisões para riscos cíveis e fiscais; e
- III. Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos;

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;
- b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. , acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial, depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subseqüentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida, a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 16.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de créditos esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos, financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como

instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente;

c. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável;

- d. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos;

- e. **Empréstimos e financiamentos** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- f. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- g. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 99,7% do CDI (100,0% em 2022).

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	30	15
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	779	1.801
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	809	1.816

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	85	2.958
Contribuições ao PIS e à COFINS	2	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	146
Total	87	3.104
Circulante	87	160
Não circulante	-	2.944

6. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (99,98% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes Companhias.

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
· QMRA Participações S/A	QMRA	Holding

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que detém o controle direto das seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	EAC	Distribuição de energia

	Sigla	Ramo de atividade
· Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração distribuída
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque Solar
· Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
· Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia X S/A	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLOWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A:		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - Es GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Passivo	Receita (despesa) Financeira
Energisa S/A ⁽¹⁾	(5.654)	(660)
2023	(5.654)	(660)
2022	(5.062)	(615)

⁽¹⁾ Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média de CDI +1,0324 a.a. (CDI + 1,0783 a.a. em 2022).

7. Fornecedores

	2023	2022
Credores opção A em Recuperação Judicial ⁽¹⁾	17.367	15.753
Credores opção C em Recuperação Judicial ⁽²⁾	77.763	66.396
Materiais e Serviços	1.714	1.714
Total	96.844	83.863
Circulante	2.065	2.065
Não Circulante	94.779	81.798

⁽¹⁾ Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos em 22 anos (Opção “A”). Sobre esse saldo devedor foi aplicado o desconto a valor presente utilizando uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos;

⁽²⁾ Referem-se aos credores que no Plano de Recuperação Judicial fizeram opção para recebimento de seus créditos a vista (Opção “C”). A Companhia renegociou sua dívida referente a recuperação judicial com a Energisa S/A, que efetuou o pagamento de uma parcela à vista aos credores da Companhia.

8. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	12	13
Contribuições ao PIS e à COFINS	1	3
Outros	2	-
Total - Circulante	15	16

9. Tributos diferidos passivos

O IRPJ e a CSLL diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O passivo fiscal diferido, registrado pela Companhia, foi gerado sobre as diferenças temporárias oriundas do saldo de ajuste a valor presente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial, seguindo os requerimentos dispostos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

	2023	2022
Passivo		
Diferenças temporárias - ajuste a valor presente:		
Imposto de renda	(88.404)	(90.341)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	(31.825)	(32.523)
Total - passivo não circulante	(120.229)	(122.864)

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriada no resultado do exercício, podem ser assim demonstrados:

	2023	2022
Prejuízo antes dos Impostos	(15.137)	(12.825)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, calculados às alíquotas fiscais combinadas	5.146	4.360
Ajustes:		
Créditos tributários - IR e CS Reconhecidos no exercício	2.635	2.172
Créditos tributários - IR e CS não constituídos	(5.146)	(4.360)
Imposto de renda e contribuição social	2.635	2.172
Alíquota efetiva	(17,41%)	16,94%

10. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2023
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado	5.875	(268)	268	626	6.501
Total do custo	5.875	(268)	268	626	6.501
Circulante	111				112
Não circulante	5.764				6.389

	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Ajuste Valor Presente	Saldos em 2022
Mensurados ao custo					
Moeda Nacional					
Pré-Fixado (1% a.a.)	5.333	(267)	267	542	5.875
Total do custo	5.333	(267)	267	542	5.875
Circulante	113				111
Não circulante	5.220				5.764

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)
	2023	2022				
Credores "RJ" - BMG	6.501	5.875	1,0% (Pré)	nov/35	Final	1,00%
Total em Moeda Nacional	6.501	5.875				
Total	6.501	5.875				

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos programados para novembro de 2035, conforme acordo de recuperação judicial.

11. Provisões para riscos cíveis e fiscais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível e fiscal.

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$3.302 (R\$221 em 2022), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Perdas Possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas cíveis e fiscais, cuja probabilidade de perdas foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações:

	Cível	Fiscal	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	43.185	2.986	46.171	45.773
Mudança de prognóstico e valor pedido	434	-	434	(4.470)
Atualização monetária	1.849	395	2.244	4.868
Saldo em 2023 e 2022	45.468	3.381	48.849	46.171

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis.

- Cível**

Tipo de Ação	Nº Processo/Ação	Objeto	2023	2022
Processo de arbitragem	07_2021	Movido pela Tocantins Energética para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. Ainda que venha a ser condenada no valor pleiteado, a Companhia se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE.	42.610	43.185

- Fiscal**

Auto de infração envolvendo discussão sobre inexistência de débito.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.345 (R\$2.345 em 2022) representando 4.690 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

13. Despesas operacionais

As despesas operacionais especificadas na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Despesas gerais e administrativas	Total	
		2023	2022
Serviços de terceiros	174	174	51
Outras	97	97	2
	271	271	53

14. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	247	226
Tributos sobre receita financeira	(22)	(26)
Juros sobre tributos a recuperar	32	306
Outras receitas financeiras	187	24
Total das receitas financeiras	444	530
Encargos de dívidas - juros	-	(66)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(268)	(221)
Atualização de mútuo	(660)	(615)
Atualização credores opção "A" - empréstimos e fornecedores	(3.229)	(3.218)
Reversão ajuste a valor presente - opção "A" e "C"	(11.070)	(9.126)
Outras despesas financeiras	(83)	(56)
Total despesas financeiras	(15.310)	(13.302)
Despesas financeiras líquidas	(14.866)	(12.772)

15. Prejuízo por ação

Resultado básico por ação	2023	2022
Numerador		
(Prejuízo) do exercício	(12.502)	(10.653)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	5	5
(Prejuízo) básico por ação em Reais - R\$	(2.500,40)	(2.130,60)

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise, e não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		809	809	1.816	1.816
		809	809	1.816	1.816

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		96.844	96.844	83.863	83.863
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		6.501	6.501	5.875	5.875
Débito com partes relacionadas		5.654	5.654	5.062	5.062
		108.999	108.999	94.800	94.800

Não derivativos - classificação e mensuração

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Administração financeira de risco

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar, mensalmente, a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia, através da controladora Energisa, conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gerenciamento dos riscos de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de partes relacionadas (vide nota explicativa nº 6). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

DIRETORIA

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Vice presidente Executivo

Antonio Carlos de Andrada Tovar

Diretor

Rodolfo da Paixão Lima

Contador

CRC-RJ 107.310/O-0

CPF n° 091.305.627-8